

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PE_192-2025

1 OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COLETIVO DE VIDA E DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ATENDER A DEMANDA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL.

Lote	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	11296	Cód.GMS: 120.58179 Cód. CATMAT: 906 Unid. Padrão: PESSOA/MÊS SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	264.000	1,02	269.280,00	Ampla Disputa

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.1.1 ESTIMATIVAS DE CONSUMO: Para fins de dimensionamento e estimativa de consumo, informa-se que a quantidade total de 264.000 (duzentos e sessenta e quatro mil) seguros corresponde ao período de 12 (doze) meses, enquanto a quantidade de 22.000 (vinte e dois mil) seguros refere-se ao período estimado de 1 (um) mês. Essas condições devem ser consideradas para a formulação das propostas.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO: risco decorrido, sob a modalidade de apólice aberta com averbação, com cálculo e cobrança do prêmio com base no movimento (informação dos segurados) referente ao mês imediatamente anterior.

1.2.2 QUANTITATIVOS: Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são aqueles discriminados na tabela acima, constituindo mera estimativa baseada na demanda. Tais quantitativos não geram obrigação de contratação integral por parte da Administração, servindo exclusivamente para dimensionamento das propostas.

1.2.3 COBERTURAS E CAPITAIS SEGURADOS: Deverão ser expressamente observadas e estar integralmente contempladas na proposta e na apólice a ser emitida as seguintes coberturas e respectivos capitais segurados mínimos:

- a) MA – Morte Acidental: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- b) IPA – Invalidez Permanente (total ou parcial) por Acidente: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- c) DMHO – Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- d) Auxílio Funeral (titular) por Acidente: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O(s) item(ns) objeto deste Termo de Referência possuem(m) padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS do(s) item(ns) poderá(ão) ser localizado(s) em seu(s) descritivo(s), constante da Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento será de maneira parcelada, conforme necessidade do setor requisitante, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no item 9 deste Termo de Referência.

1.4.2 A participação da proponente no processo licitatório implica em compromisso de execução do objeto licitado, nos termos da proposta e do presente Edital.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Visa-se a contratação de seguro coletivo de vida e de acidentes pessoais em favor dos membros da Comunidade Universitária e outros envolvidos em atividades institucionais, em conformidade com a Resolução CA nº 062/2025. A iniciativa tem por finalidade garantir a segurança e o planejamento

institucional, realizando o princípio da eficiência (CF, art. 37, caput), contribuindo para o perfazimento do dever da Administração da Universidade de prestar assistência aos membros da Comunidade Universitária (Regimento Geral da UEL, art. 133, caput e § 2º). É também forma cumprimento de obrigações, especialmente as estabelecidas nas Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre estágio de estudantes, entre outras. O seguro visa garantir o desenvolvimento das atividades, com garantia de reparação e amparo no caso de acidentes e imprevistos, reduzindo possíveis transtornos para a instituição. Conforme exposição de motivos da proposta normativa, constante do e-protocolo nº 24.757.407-7, para estudantes de Graduação visa garantir que todos possam desenvolver suas atividades acadêmicas, extensionistas e de pesquisa com maior segurança. As atividades acadêmicas realizadas por esses estudantes são as mais variadas e englobam, além das práticas laboratoriais e atividades em campo (fora do espaço da Universidade) vinculadas aos projetos pedagógicos dos cursos, também a participação em programas ou projetos de pesquisa em ensino e pesquisa e extensão, desenvolvidos sob orientação docente, tanto no ambiente universitário quanto em espaços externos. Ademais, incluem-se nesse espectro as atividades práticas relacionadas à realização de esportes, entre outras, todas suscetíveis à ocorrência de acidentes. Desde o ano de 2023, foram implementadas em todos os currículos da graduação as Atividades Acadêmicas de Extensão (AEX), que exigem a participação ativa dos estudantes em iniciativas que envolvam a comunidade externa e são realizadas fora do ambiente da sala de aula. Em similaridade, os estudantes da Pós-Graduação também vivenciam situações em suas atividades acadêmicas, em especial àquelas relacionadas à pesquisa, em laboratórios e atividades de campo não enquadradas na normativa atual, que compreendem riscos potenciais, para além do normal. A contratação de seguro coletivo de vida e de acidentes pessoais para os servidores (professores e agentes universitários) da Universidade Estadual de Londrina tem por objetivo oferecer proteção social complementar. As atribuições desempenhadas por esses profissionais frequentemente envolvem deslocamentos, atendimento ao público, fiscalizações, atividades externas, utilização de instrumentos perfurocortantes, operação de máquinas, manipulação de substâncias perigosas, entre outras tarefas que podem implicar riscos de acidentes de trabalho ou de trajeto. As consequências desses eventos podem gerar impactos econômicos e sociais imediatos para o servidor e sua família, além dos impactos para a própria UEL. Também figuram dentre os segurados os estagiários, em cumprimento à Lei 11.788/2008, e demais envolvidos nas atividades institucionais, como professores e pesquisadores visitante, estudantes de ensino médico vinculados a programas de ensino, pesquisa e extensão, residentes não vinculados academicamente, colaboradores externos e prestadores de serviços voluntários, cadastrados, participantes de curso de extensão de longa duração vinculados a parcerias internacionais, estudantes do Curso especial Pré-Vestibular. A contratação de seguro importa em transferência do risco e sua repercussão econômica da atribuição de responsabilidade da Universidade decorrente eventuais acidentes por decisões judiciais, evitando-se a oneração das receitas da Universidade com a condenação de verbas indenizatórias, alocando-se o risco à seguradora contratada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Após realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é a contratação de seguro coletivo de vida e de acidentes pessoais com cobertura personalizada, com adicionais (despesas médico hospitalares e odontológicas, auxílio funeral), com riscos e capital segurado determinados, e na modalidade não-contributiva, ou seja, sendo o prêmio pago pela Universidade, sem custos para os segurados. Segurados: - membros da comunidade universitária (estudantes, professores, agentes universitários) - estagiários - demais envolvidos nas atividades institucionais: professores e pesquisadores visitante, estudantes de ensino médico vinculados a programas de ensino, pesquisa e extensão, residentes não vinculados academicamente, colaboradores externos e prestadores de serviços voluntários, cadastrados, participantes de curso de extensão de longa duração vinculados a parcerias internacionais, estudantes do Curso especial Pré-Vestibular. O seguro deve ter cobertura de 24 horas todos os dias da semana, no âmbito nacional e internacional, conforme normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), adstrita às atividades desempenhadas no exercício funcional dos servidores e das relacionadas ao vínculo com a Universidade dos estudantes e demais favorecidos relacionados nos art. 2º a 4º, inclusive em viagens dos servidores de interesse institucional e em viagens acadêmicas curriculares dos estudantes, abrangendo: MA - Morte acidental R\$30.000,00 IPA - Invalidez Permanente (total ou parcial) por Acidente R\$30.000,00 DMHO - Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas R\$10.000,00 Auxílio Funeral (titular) por Acidente R\$10.000,00

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação do(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 O item que compõe o presente Pregão Eletrônico está apresentado em 01 (um) lote, em observância à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 Em razão da natureza do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), não será(ão) necessária(s) a observação de normas de sustentabilidade.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O presente certame destina-se à **AMPLA DISPUTA**, podendo participar todas as empresas interessadas e que atuam no ramo do objeto pretendido, inclusive ME/EPP.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1 A prestação dos serviços será iniciada mediante emissão da **Ordem de Compra** ou documento equivalente, a qual deverá ser expedida pela Contratante no prazo máximo de **10 (dez) dias** após a homologação do certame.

9.2 A Contratada deverá emitir e encaminhar à Contratante, juntamente com o documento de cobrança, a **Apólice de Seguro**, contendo todas as coberturas, capitais segurados e condições previstas neste Termo de Referência e na proposta vencedora, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Compra.

9.3 A prestação dos serviços, materializada mediante emissão da Apólice de Seguro e demais documentos correlatos, serão recebidos provisoriamente no prazo de **3 (três) dias úteis**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 A Contratada poderá ser **notificada para correção**, total ou parcial, dos documentos apresentados (inclusive apólice, endossos, condições gerais e especiais), caso sejam constatadas divergências em relação ao previsto neste Termo de Referência e na proposta vencedora. As correções deverão ser efetuadas no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, sem ônus para a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.5 Após a análise de conformidade, o objeto será considerado **recebido definitivamente** no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da conclusão do recebimento provisório, mediante emissão de termo circunstanciado pela fiscalização, atestando a adequação da apólice e demais documentos às exigências contratuais.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 10 do edital de convocação.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

10.1 obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações e prazos constantes neste Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará a respectiva descrição do serviço;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Obedecer às diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, ambas autarquias criadas pelo Decreto Lei nº 73/1996;

10.1.6 Emitir a apólice de seguro e os certificados individuais e nominais à totalidade de segurados, prestando assistência total ao beneficiário nos termos contratados;

10.1.7 Informar, quando da emissão da apólice ou certificado, como agir em caso de acidentes, além de contatos em caso de ocorrência de sinistro, bem como prazo e local para recebimento do seguro;

10.1.8 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato, assim como prestar assistência em tempo integral;

10.1.9 Indenizar, em caso de sinistro, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias;

10.1.10 O Plano de Seguro deverá conter todos os elementos mínimos obrigatórios regulamentados pela SUSEP;

10.1.11 Manter cadastro junto à SUSEP, possibilitando a consulta por parte do segurado a qualquer tempo;

10.1.12 Os planos devem estar registrados na SUSEP;

10.1.13 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.14 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.15 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.16 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.16.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.16.2 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.16.3 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.17 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.18 Além de outras obrigações estipuladas no contrato ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto estadual nº 10.086/2022, constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da assinatura do Contrato, 01 (uma) via original da apólice relativa ao seguro contratado pela CONTRATANTE, com vigência a partir do mesmo prazo acima; acompanhada do texto integral das condições gerais e especiais, bem como de todas as demais Cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da mesma;

b) Assegurar desde o início da assinatura do contrato a cobertura imediata dos segurados, independentemente de eventual necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos de processamento para atendimento da emissão da APÓLICE e seus futuros;

c) Adotar as providências necessárias para garantir, em tempo hábil, o envio/recebimento de informações e documentos relacionados com o contrato de seguro celebrado com a CONTRATANTE por meio de estrutura administrativa própria;

d) Fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos efeitos e etapas do seguro;

e) Fornecer à CONTRATANTE número de telefone celular do preposto, com perfeito conhecimento do objeto contratado, para o pronto atendimento em emergências;

f) Manter atendimento telefônico gratuito com o serviço de 0800_____ para atender às demandas da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, além de e-mail para contatos;

g) Exibir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, as provas de que estão sendo cumpridas as disposições legais e as normas emitidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;

h) Responsabilizar-se por eventual pagamento de comissão de intermediação a corretor de seguros, considerando que a CONTRATANTE não possui contrato com corretor, ficando a critério da CONTRATADA a forma de cumprir as normas legais pertinentes;

i) Responder pelo valor contratado e pelo pagamento do sinistro até o total da importância segurada, sendo-lhe vedado efetuar o cosseguro;

j) Aceitar por parte da CONTRATANTE, em todos os aspectos, a fiscalização dos serviços;

k) Resguardar e assegurar que as informações que lhe forem repassadas sejam preservadas quanto a integridade e confidencialidade, sob pena de responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos, ou prejuízos causados à CONTRATANTE;

l) Observar, durante a vigência do Contrato, o fiel cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigorar, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas, ficando, desde já, convencionado que a CONTRATANTE poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que a CONTRATANTE venha efetuar por imposição legal

m) Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre por ocasião da apresentação de nota fiscal/fatura/boleto

para pagamento a sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS - CRF), e Previdência Social (CND), as Receitas Federal, Estadual, Municipal e Justiça do Trabalho (CNDT);

n) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, planilha de composição de Custos que indique todos os seus custos envolvidos na presente contratação, além de outros documentos e informações relacionados ao objeto contratado;

o) Encaminhar qualquer solicitação à CONTRATANTE por intermédio do gestor do contrato.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Fornecer à CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, uma relação contendo CPF, nome e data de nascimento segurados no mês anterior.

b) Manter registro do(s) beneficiário(s) do seguro em caso de morte beneficiário(s) este(s) indicado(s) pelo próprio(s) segurado(s), comprometendo-se a fornecer à CONTRATADA, quando esta solicitar, o(s) nome(s) desse(s) beneficiário(s);

c) Fiscalizar a execução do contrato, mediante o titular da Divisão de Apoio Administrativo da Diretoria Administrativa da Pró-Reitoria de Administração e Finanças - DAA/DA/PROAF que será responsável pelo recebimento das informações prestadas pelas unidades requisitantes sobre qualquer descumprimento, pela avaliação da prestação de serviços fornecidos e pelo atestado de cumprimento das obrigações do contrato;

d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a respeito de: 1) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o contrato; 2) abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa; 3) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 11.4.1 das Condições Gerais do Pregão

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (*quando for o caso*), para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por que razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003 de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

**I = (6/100)
365**

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.10 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

11.11 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor Global: R\$ 269.280,00

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa à fase interna.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste certame.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Em razão da natureza do objeto a ser contratado, bem como o valor máximo previsto para a contratação, entendemos que não se faz necessária a exigência de garantia de execução.

16. VIGÊNCIA:

16.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade máxima, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.1.1 Por se tratar de prestação de serviços, o período de vigência previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima, caso haja interesse das partes, devidamente justificado.

17. DO REAJUSTAMENTO:

17.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

17.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

17.1.1.1 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

17.1.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

17.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;

Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;

Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;

Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;

Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 12 de janeiro de 2026.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

1330589 - MARIA CLAUDIA RODRIGUEZ CORREIA / (PROAF-DA) DIRETORIA ADMINISTRATIVA
1013698 - JOSE HENRIQUE FERRACINI / (PROAF-DA-DAA) DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
1014917 – JAIR MARCOS DA SILVA / (PROAF/DM/DSA) DIVISÃO DE SERVIÇOS E APOIO

Documento: **TR_PE_192_25.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jair Marcos da Silva (XXX.626.119-XX)** em 12/01/2026 11:05 Local: UEL/PROAF/DM/DSA, **Maria Cláudia Rodriguez Correia (XXX.300.649-XX)** em 12/01/2026 14:12 Local: UEL/PROAF/DA.

Assinatura Simples realizada por: **Jose Henrique Ferracini (XXX.401.869-XX)** em 12/01/2026 11:42 Local: UEL/PROAF/DA/DAA.

Inserido ao protocolo **24.858.983-3** por: **Jair Marcos da Silva** em: 12/01/2026 11:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: